

Encadeamento Rural-Urbano: Rio Branco e os Municípios que concentram os agentes mercantis na cadeia produtiva da borracha no Vale do Acre – Brasil

Rural-Urban chain: Rio Branco and the Municipalities that concentrate the mercantile agents in the rubber production chain in Vale do Acre - Brazil

Cadena Rural-Urbana: Rio Branco y los Municipios que concentran los agentes mercantiles en la cadena productiva del caucho en Vale do Acre – Brasil

César Leandro de Christo Hundertmarck

Universidade Federal do Acre, Rio Branco, Acre, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-4510-6015>

Erica Karnopp

Universidade de Santa Cruz do Sul – Santa Cruz do Sul – Rio Grande do Sul – Brasil
<https://orcid.org/0000-0001-5976-2331>

Resumo: A reflexão aqui desenvolvida tem como condutor os conceitos, noções e ideias das relações urbano-rural, cadeia produtiva da borracha e o encadeamento entre estes elementos e a trajetória percebida para compreender o espaço como uma série de interações entre cidade-campo e urbano-rural, destacando as assimetrias entre a polaridade urbano-rural que ainda preponderam na atualidade. A metodologia utilizada foi a revisão-bibliográfica narrativa. Foram entrevistados cinco agentes mercantis através de um roteiro semiestruturado. Como resultado, o desenvolvimento de relações de proximidade mutuamente benéficas e de natureza sinérgica pressupõe a capacidade de conciliar uma integração entre o urbano e o rural, pensando assim as duas áreas de forma complementar, valorizando as relações regionais existentes nesta cadeia significativa para o do Vale do Acre – Brasil.

Palavras-chave: Relações urbano-rural. Cadeia produtiva. Encadeamento.

Abstract: The reflection developed here is guided by the concepts, notions and ideas of urban-rural relations, the rubber production chain and the linkage between these elements and the trajectory perceived to understand space as a series of interactions between city-countryside and urban-rural, highlighting the asymmetries between the urban-rural polarity that still prevail today. The methodology used was the narrative bibliographic review. Five mercantile agents were interviewed through a semi-structured script. As a result, the development of mutually beneficial relationships of a synergistic nature presupposes the ability to reconcile an integration between the urban and the rural, thus thinking of the two areas in a complementary way, valuing the existing regional relationships in this significant chain for the Valley of Acre – Brazil.

Keywords: Urban-rural relations. Productive chain. Chaining.

Resumen: La reflexión aquí desarrollada está guiada por los conceptos, nociones e ideas de las relaciones urbano-rurales, la cadena productiva del caucho y la vinculación entre estos

elementos y la trayectoria percibida para entender el espacio como una serie de interacciones entre ciudad-campo y urbano-rural, destacando las asimetrías entre la polaridad urbano-rural que aún prevalecen en la actualidad. La metodología utilizada fue la revisión bibliográfica narrativa. Se entrevistó a cinco agentes mercantiles a través de un guión semiestructurado. En consecuencia, el desarrollo de relaciones mutuamente beneficiosas de carácter sinérgico presupone la capacidad de conciliar una integración entre lo urbano y lo rural, pensando así las dos áreas de forma complementaria, valorando las relaciones regionales existentes en esta importante cadena para la Valle de Acre – Brasil. **Palabras clave:** Relaciones urbano-rurales. Cadena productiva. Encadenamiento

Introdução

Este artigo propõe uma leitura sobre o encadeamento rural-urbano de Rio Branco e municípios acreanos que dispõem de agentes mercantis integrantes da cadeia produtiva da borracha no Vale do Acre, instalados e atuantes em suas respectivas sedes municipais, e como estes municípios, inseridos na maior floresta tropical do mundo, delimitada pelo território do Vale do Acre, participam e interagem no encadeamento rural-urbano.

O Vale do Acre¹ está localizado na porção centro sul do Estado do Acre, possui divisa interestadual com o Estado de Rondônia (RO) e Amazonas (AM), internacionalmente com Bolívia e Peru. A formação desse Estado sobreveio com os povos indígenas, e um grande fluxo de migrantes nordestinos que aportaram no então Território Federal do Acre, os quais foram atraídos pelo extrativismo da borracha em dois períodos distintos.

Esses elementos contribuíram de forma significativa para a construção da identidade acreana e de seu espaço rural e urbano. São fatos importantes na historicidade do surgimento do Estado que merecem ser registrados, na tentativa de dirimir a indagação: onde finda o rural e começa o urbano?

A primeira e mais marcante fase de desenvolvimento urbano e econômico da Amazônia, foi, sem dúvida, o período do Ciclo da Borracha, no final do século XX. Durante este período, a renda *per capita* subiu em 800%, a população regional cresceu em quase 400%, o sertão amazônico tornou-se formalmente integrado ao sistema político nacional e à economia de mercado internacional (BRAHAM e COOMES, 1994, *apud* JACOBS *et al*, 2013).

Nessa fase, as cidades portuárias de Belém e Manaus, testemunharam um *boom* econômico urbano sem precedentes, com as cidades rivalizando entre si com projetos de

¹ Formado pelos municípios: Rio Branco, Sena Madureira, Brasília, Senador Guiomard, Plácido de Castro, Xapuri, Porto Acre, Epitaciolândia, Acrelândia, Capixaba, Bujari, Manoel Urbano, Assis Brasil e Santa Rosa do Purus.

desenvolvimento de grande envergadura. Em menor escala, nos municípios acreanos este fato se repetiu, principalmente na capital – Rio Branco.

Com as oscilações ocorridas nos ciclos da borracha que se sucederam, a população acreana residente no interior do estado buscou melhorar seu padrão de vida se deslocando para a capital acreana – Rio Branco, em busca de moradia, trabalho, ou seja, melhores condições de vida para as famílias.

Rio Branco é uma das maiores cidades da Amazônia Ocidental², distante aproximadamente 250 km da fronteira com Bolívia e Peru, geograficamente localizada próxima à cordilheira dos Andes e Oceano Pacífico, às margens do Rio Acre, afluente do Rio Amazonas.

Este artigo está estruturado da seguinte forma: na segunda seção, apresentam-se os conceitos relacionados à relação urbano-rural presentes nesta pesquisa. Na terceira seção descreve-se a ascensão da cidade de Rio Branco – de seringal à cidade. Na quarta seção, identificou-se a cadeia produtiva da borracha e os agentes mercantis do Vale do Acre atuantes neste. Na quinta seção, apresentou-se o encadeamento urbano-rural entre Rio Branco e os demais municípios da cadeia produtiva da borracha no Vale do Acre. As considerações finais destacam o encadeamento rural-urbano entre Rio Branco e os municípios envolvidos nesse processo e as peculiaridades deste relacionamento.

Relação urbano-rural: conceitos, noções e ideias

Os conceitos de rural e urbano são utilizados principalmente para designar dois tipos diferentes de produção e organização do espaço, embora esta dimensão não seja dissociada de seu conteúdo relacional e social. A cada um desses tipos de espaço correspondem formas de uso social, geralmente definidas por fatores demográficos, como o número de habitantes, densidade populacional, ou por fatores econômicos, como o tipo de atividade econômica, ou por indicadores sociais, como a presença de certos bens de uso coletivo. Assim, pode-se dizer que o conceito de urbano, geralmente associado à ideia de cidade, se refere a um ambiente produzido e modificado. Esta definição não parece ser suficiente, pois o espaço rural também é modificado, embora as características do ambiente natural sejam mais visíveis.

Assim, esses conceitos referem-se a diferentes formas de organização do espaço. A produção do espaço, como afirma Henri Lefebvre (1974), é o resultado dos processos sociais que nele se realizam. Esses conceitos, portanto, têm um significado que vai além da mera diferenciação espacial. Eles também se referem a diferentes formas de organização

² Composta pelos Estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima.

social e econômica e a diferentes padrões culturais.

Para Wirth (1997), os conceitos de urbano e rural também indicam dois modos de vida diferentes. Em sociologia, estes conceitos têm sido tratados como polos de uma dicotomia que, em sentido amplo, se refere à clássica oposição entre o tradicional e o moderno. Esta oposição já está presente nos escritos de sociólogos clássicos como Emile Durkheim (1995 [1893]) e Max Weber (1991 [1920]). Entretanto Ferdinand Tönnies (1989 [1887]), em seu ensaio "Comunidade e Sociedade", é quem melhor sistematiza esta dicotomia, tendo influenciado os estudos rurais e a própria formação da sociologia rural na primeira metade do século XX, ainda presente nos estudos atuais, como observado por Paul Cloke (2007) e Carmo (2009).

É importante, portanto, entender o que distingue o rural do urbano. Nas abordagens convencionais, o rural foi classificado como o espaço da agricultura, em oposição ao urbano, que é considerado o espaço da indústria. Além de ser o espaço da agricultura, outras características atribuídas ao rural são: a relação direta de seus habitantes com a natureza, a baixa densidade populacional e a interconexão entre seus habitantes. As abordagens clássicas situam o rural em relação ao urbano de duas maneiras: como uma oposição rural-urbana e como um *continuum* rural-urbano. A perspectiva contínua foi sistematizada por Redfield (1989), que propôs três tipos ideais de sociedade: comunidades pequenas, sociedades camponesas e sociedades urbanas.

A definição do rural é sempre subsidiada pela definição do urbano e, na maioria das vezes, o rural é classificado como aquele que está fora do urbano. Para Mormont (1996, p. 161), "o campo é uma categoria historicamente situada que emerge com o processo que vê as forças combinadas da industrialização e da urbanização (mobilidade em vez de expansão urbana) progressivamente integrarem o campo em um sistema econômico e sócio-político unificado". O termo rural, ou melhor, sociedade rural, é usado no sentido de dar uniformidade a uma realidade diversificada constituída pelo campo que circunda as cidades. Para este autor, o rural é menos um conceito do que uma categoria operacional para descrever o espaço. Mas é também uma categoria de leitura da realidade social, na medida em que expressa uma representação do mundo que vai além da simples diferenciação do espaço.

A categoria do rural é utilizada para diferenciar o campo da cidade, em um contexto específico: o da sociedade industrial. Assim, para a sociologia, o rural é pensado em relação ao urbano. Para Jollivet (1997), o adjetivo rural, que se referia aos habitantes do campo, foi transformado em substantivo e passou a designar tanto o espaço quanto o ambiente social em que estes vivem. Portanto, concluímos que a visão clássica da relação urbano-rural ainda é orientada pela subordinação do campo à cidade (WANDERLEY, 2001). Isto se torna evidente quando analisamos as transformações ocorridas nas áreas rurais como

resultado do processo de urbanização e modernização da sociedade. A própria modernização da agricultura tem sido vista como um fator de esvaziamento dos espaços rurais, levando ao seu desaparecimento. Assim, a abordagem do rural como espaço da agricultura é também a do rural como um espaço em perigo de desaparecer. Este seria o resultado da urbanização do campo (RAMBAUD, 1969), que, para Lefebvre (1974), representa a urbanização completa da sociedade, ou seja, o fim do espaço rural. Esta visão clássica do campo predominou até o final dos anos 70 (FERRÃO e LOPES, 2004).

Os processos de reestruturação da economia e da sociedade têm desafiado a abordagem clássica do rural como espaço agrícola. Viver no campo não é mais sinônimo de ser um agricultor. Isto porque houve um declínio relativo na importância da agricultura e o surgimento de novas atividades econômicas não-agrícolas nas áreas rurais. Devido ao processo de modernização, a agricultura tende a empregar menos pessoas, o que permite o desenvolvimento da pluriatividade. Este tornou-se um dos temas dominantes da produção sociológica no campo nos anos 80 e 90, particularmente entre pesquisadores franceses como Marcel Jollivet (1997) e Bernard-Kayser (1990).

Para entender o rural e o urbano no contexto contemporâneo, é necessário primeiramente relacioná-los com seu par dialético, ou seja, o campo e a cidade. Para expressar o que se quer dizer com rural-urbano e campo-cidade, é necessário distinguir claramente seus significados, pois como Whitacker (2010, p. 191) aponta:

Esta distinção é necessária porque cidade e campo se caracterizam por representar concentração e dispersão (...). Urbano e rural se distinguem por serem atributos e constituintes, condições e condicionantes. Enfim, cidade e campo são formas espaciais. Urbano e rural possuem, (...) uma dimensão processual, são conteúdo e contingente.

O campo e a cidade são formas concretas, "materializam e compõem as paisagens produzidas pelo homem; 'urbano' e 'rural' são representações sociais, conteúdos das práticas de cada sujeito, cada instituição, cada agente da sociedade" (BIAZZO, 2008, p. 144).

O par rural-urbano não pode ser entendido separadamente, pois não existem isoladamente, embora apresentem um conteúdo social e histórico específico, só podem ser entendidos como uma totalidade concreta do modo de produção capitalista.

Campo e cidade, rural e urbano, expressam, numa perspectiva marxista, no modo capitalista de produção, o resultado do processo de divisão técnica, social e política.

Eles são o resultado do processo de divisão técnica, social e territorial do trabalho. Além desta ligação dialética entre campo-cidade, é necessário considerar que o progresso da ciência, da tecnologia e da informação tem sido difundido de forma desigual no espaço geográfico, de forma seletiva, tornando a dinâmica sócio-espacial mais complexa, dificultando a distinção entre o rural e o urbano.

Da perspectiva de Santos (2000), o aprofundamento das técnicas e sua difusão diferenciada nos espaços revelam cada vez mais a capacidade do homem de se apropriar, modificar e reduzir a dependência da sociedade das condições naturais.

Assim, o autor aponta que os últimos séculos marcaram, para a atividade agrícola com a humanização e mecanização do espaço geográfico, uma considerável mudança de qualidade, chegando recentemente à construção de um ambiente geográfico que podemos chamar de técnico-científico-informacional, característico não só da vida urbana, mas também do mundo rural, tanto nos países avançados como nas regiões mais desenvolvidas dos países pobres (SANTOS, 2000, p. 88).

No Brasil, este processo de modernização e tecnificação também aumentou a subordinação da agricultura, favorecendo os interesses do capital urbano-industrial, enquanto excluía um grande número de pequenos produtores e trabalhadores rurais, aumentando a concentração da terra, problemas ambientais, dando origem a uma maior heterogeneidade sócio-espacial. Daí a crescente dificuldade de definir fronteiras normativas e analíticas entre esses espaços hoje em dia.

De uma sociedade predominantemente rural nos anos 1950, o Brasil inverteu seu perfil demográfico e hoje, de acordo com os critérios normativos utilizados pelo IBGE, é predominantemente urbano. Esta mudança no perfil demográfico do Brasil é o resultado do intenso processo de migração rural-urbano que empurrou uma parte significativa da população para os centros urbanos e levou a uma redução significativa da população rural. Este intenso processo de migração rural-urbano levou a um crescimento desordenado das grandes cidades e à formação de vastas periferias urbanas que, como observa Silva (2011, p. 04):

[...] anteriormente, era um fenômeno restrito às grandes cidades. Hoje, processo análogo acontece em cidades médias e até pequenas tornando a periferização uma configuração urbana expandida, presente, praticamente, em todo o território urbano nacional. Sua presença denota uma situação de precariedade e déficit de políticas públicas mais abrangentes que atingem os setores de infraestrutura, equipamentos e serviços nas áreas de saneamento básico, habitação, saúde e educação. (...) Como agravante, a sociedade lida com a violência urbana que desponta como um problema social generalizado, atingindo campo e cidade.

Como consequência destes processos de expansão urbana, do maior desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação e da maior incorporação da ciência, tecnologia e informação em parte do setor agrícola nacional, o espaço rural tendeu a apresentar maior complexidade e heterogeneidade em sua organização sócio-econômica, nas relações sociais e, sobretudo, nos agentes que o compõem.

Para Schneider (2006), vários fatores podem explicar estas mudanças no espaço

rural, como o processo de modernização tecnológica da agricultura, que atingiu diferentes regiões, estágios do processo produtivo e diferentes categorias de produtores rurais de diferentes maneiras; a expansão das atividades não-agrícolas e de pluriatividade devido ao crescente processo de urbanização e expansão das cidades para o campo, o que levou a mudanças nas ocupações agrícolas, especialmente em torno das cidades; e a crise no setor agrícola, especialmente a partir dos anos 90, devido à liberalização econômica e que, entre seus diversos efeitos, levou a uma redução na rentabilidade dos principais produtos do setor agrícola brasileiro.

Devido a estas mudanças, a perspectiva de entender o espaço rural apenas como o lugar onde as atividades agrícolas ocorrem pode dificultar a compreensão de outras funções, atividades e agentes presentes no campo. Nesta perspectiva, desde os anos 1990, surgiram abordagens que buscam focalizar novas ruralidades nas quais o caráter multifuncional dos espaços rurais é reconhecido (CARNEIRO, 2006; MEDEIROS, 2011).

Neste contexto, em áreas rurais e periurbanas próximas aos grandes centros urbanos, onde alguns dos cidadãos mais abastados exigem maior proximidade com a "natureza" e o mundo rural, atividades e ocupações que não estão necessariamente relacionadas à produção agrícola, estão se desenvolvendo, como o turismo rural (fazendas de lazer, lagoas de pesca, spas, etc.), habitações secundárias para a classe média urbana, ocupações relacionadas à prestação de serviços (como jardineiros, cuidadores, etc.) (SCHNEIDER; VERARDI FILHO, 2000).

Moreira (2012, p. 18) aponta que "as características das múltiplas funções existentes no espaço rural variam de uma região para outra, dependendo do potencial natural, da distância dos centros urbanos e das necessidades sócio-econômicas". A estes fatores destacados pelo autor, podemos acrescentar outros elementos importantes, tais como a disponibilidade de infra-estrutura e instalações, as condições socioeconômicas dos consumidores urbanos e a maior (ou menor) apreciação dos aspectos culturais.

No período atual, a compreensão do campo não se limita a sua esfera imediata. A relação entre o campo e a cidade é cada vez mais ampla e deve ser considerada em sua totalidade em termos de estrutura, função, forma, conteúdo e articulação regional. As áreas rurais não podem mais ser estudadas isoladamente do contexto (regional, estadual, nacional ou global) em que estão inseridas (MELO, 2008).

Assim, embora na atualidade as articulações entre o campo e a cidade tenham se intensificado, estes espaços continuam a apresentar características específicas e particulares, como fragmentos de espaço geográfico (totalidade).

Grande número de trabalhos nas ciências humanas e sociais tratam da análise e conceptualização dos espaços urbanos e rurais, ou do campo e da cidade. Pensar o espaço geográfico de forma integrada requer novos paradigmas que nos permitam analisar suas

transformações. É através da ocupação da terra e da diversificação do trabalho que os espaços são criados, e o homem (e sua força de trabalho), na perspectiva do sistema capitalista, é o principal agente nesse processo. A diferenciação/definição implica em diferentes eixos de análise, que variam de acordo com o ponto de vista e os interesses do pesquisador. Assim, é comum encontrar análises baseadas na fisionomia da paisagem, nas relações sociais dos membros, na divisão do trabalho, no uso e ocupação da terra, na relação homem-ambiente, entre outras, como discutido por Rosas (2010, p. 42):

Quando se busca compreender, interpretar e analisar as características e relações dos/nos/entre os espaços rural e urbano observa-se a existência de diversas vertentes, construídas historicamente, e pautadas em flancos distintos ou agrupados. Dentre outras, pode-se analisar as características do rural e do urbano na paisagem, nas relações sociais, culturais, de vivência, de uso do solo, econômicas, só para citar algumas, em tais espaços, e na relação entre eles.

No entanto, muitos trabalhos que procuram averiguar a relação entre o rural e o urbano focalizam sua linha de análise nas divergências na fisionomia da paisagem. Nessa abordagem, o espaço rural é um espaço centrado em atividades primárias, com baixa densidade populacional e proximidade do homem com a natureza. Por outro lado, a cidade seria caracterizada como predominantemente industrial, com um maior fluxo de pessoas, bens e capital, e uma alta densidade populacional (OLIVEIRA, 2011). Bagli (2010) corrobora a visão de Oliveira (2011) ao discutir a paisagem rural e urbana, afirmando que a paisagem rural:

Caracteriza-se pela forte aproximação com os aspectos naturais: existência de vegetação, cultivo de produtos alimentícios, criação de animais. Está ligada a tudo o que representa a natureza em seu estado pouco transformado. Nela, as transformações não se apresentam de forma tão intensa quanto na paisagem urbana. Como as transformações são pouco percebidas, há a ideia de que nos espaços rurais a harmonia prevalece, uma espécie de relação simbólica entre homem e meio. (BAGLI, 2010, p.103).

Conforme Rossini (2009), a produção do espaço rural é abordada do ponto de vista do trabalho, através de influências capitalistas, que a articulam através da configuração de novas formas e funções. Para o autor,

Se o processo de produção do espaço é um processo de trabalho, as parcelas do espaço global se articulam e se integram a partir do papel que cada uma terá no processo de trabalho geral. Estabelece-se então uma diversidade de relações com intensidades desiguais, que vão produzir o espaço global mediante a produção de parcelas espaciais menores. Na formação econômica da sociedade capitalista, a categoria determinante da análise é o capital. Desse modo teremos uma produção espacial voltada para as exigências e necessidades do capital, uma população que se produzirá e reproduzirá em função de suas leis e, conseqüentemente, um processo de apropriação que lhe será peculiar (ROSSINI, 2009, p.10).

De acordo com Rosa e Ferreira (2010, p.192), muitos estudos consideram "que a
Ágora (St. Cruz Sul, Online), v.24, n.2, p. 73-95, julho-dezembro, 2022. ISSN 1982-6737

forma de organizar o trabalho é o que seria a característica distintiva entre o modo de vida do campo e da cidade". Nesta perspectiva, Sposito (2010) ressalta que as relações sociais de trabalho na cidade são dadas por atividades ligadas ao encontro, proximidade, comunicação, complementaridade de papéis e funções, enquanto no campo a relação é marcada pela dispersão e extensão.

Entretanto, Candiotto e Corrêa (2008, p. 215) afirmam que é cada vez mais difícil diferenciar entre espaço rural e urbano devido à complexidade sócio-espacial, criada pela difusão de meios científicos e técnicos informativos.

A cidade tornou-se, ao longo da história, o principal lugar das lutas sociais (CORRÊA, 2000), e imbricada nestas lutas, o espaço, em seu sentido mais amplo (seja natural ou humanizado) torna-se o reflexo destas lutas. É necessário enfatizar que estas lutas vão além do velho discurso dicotômico entre o campo e a cidade; de forma contínua e integrada, elas acontecem tanto na cidade como no campo.

Através do movimento da sociedade e da articulação/transformação do espaço em busca da funcionalidade adequada para sua reprodução surge o processo de organização espacial que, segundo Corrêa (2000), pode ser conceitualizado como o conjunto de formas e interações espaciais que constituem o resultado de várias lógicas que o tornam funcional para a sociedade que o criou; ele é, portanto, simultâneo à vida.

A organização do espaço criado a partir do trabalho social atua como um espaço de resistência aos hábitos e tradições, como aponta Corrêa (2000, p. 31):

A organização espacial é assim constituída pelo conjunto das inúmeras cristalizações criadas pelo trabalho social. A sociedade concreta cria seu espaço geográfico para nele se realizar e reproduzir, para ela própria se repetir. Para isto, cria formas duradouras que se cristalizam sobre a superfície da Terra. Caso contrário, insistimos, a sociedade se extinguiria.

Esta capacidade da sociedade de modificar o espaço em busca de novas formas de vida dá ao homem um diferencial em relação a outras espécies. A sociedade precisa modificar o espaço natural em busca de crescimento e desenvolvimento, um processo que pode ser visivelmente observado em grandes metrópoles e cidades com economias industriais.

Portanto, a participação social na (re)produção do espaço é de fundamental importância, pois é um conjunto de ações e processos, daí as questões de segregação e (re)territorialização. Assim, a cidade adquiriu suas próprias formas e funções, com sua origem nas bases rurais, através do desenvolvimento de práticas agrícolas. Esta visão é apoiada por Candiotto e Correa (2008, p. 215) quando afirmam que "deve-se notar que qualquer paisagem/espaço considerado urbano, ou seja, qualquer cidade, é sempre sobreposto ao rural ou "natural". Assim, todo urbano já foi rural, mas nem tudo rural será

urbano".

Na próxima seção, traz-se como o povoado da “Volta da Empreza” tornou-se o município de Rio Branco.

Do Povoado de “Volta Da Empreza” à Cidade de Rio Branco

Das atuais cidades existentes no espaço acreano, praticamente todas tiveram seu início vinculado aos processos produtivos provindos da floresta, o extrativismo.

No caso em questão – extração da borracha, este foi estimulado a partir de grande disseminação de informações no mercado internacional, o qual alinhou uma conexão direta com as florestas localizadas às margens dos rios acreanos – as quais se encontravam repletas de seringueiras.

Dessa forma, interessados advindos de várias regiões brasileiras e do mundo todo rumaram para o então Território Federal do Acre³ nas primeiras décadas do século XX, seguida de uma segunda leva de migrantes, no período da segunda grande guerra mundial.

Do nordeste brasileiro, principalmente do Ceará, deslocaram-se vários migrantes, em decorrência de uma prolongada estiagem, que obrigou famílias inteiras a aventurar-se na Amazônia Ocidental, principalmente no Acre. Outra parte do contingente de “migrantes” que se deslocaram para o Estado do Acre foram os chamados “Soldados da Borracha⁴” - nome dados aos brasileiros que entre 1943 e 1945 foram alistados e transportados para a Amazônia pelo SEMTA⁵, com o objetivo de extrair borracha para os Estados Unidos da América (Acordos de Washington) durante a II Guerra Mundial.

Um significativo contingente de Soldados da Borracha rumou para o interior do Estado, e, uma parcela destes se estabeleceu nas proximidades de Rio Branco, se tornando assim, ribeirinhos margeados ao Rio Acre.

E foi justamente às margens do Rio Acre, mais precisamente em uma de suas voltas, que foi fundado o “Seringal Empreza” por Neutel Maia⁶, local este que mais tarde seria considerado o marco inicial da cidade de Rio Branco, fundada em 28 de dezembro de 1882, local hoje conhecido por “Volta da Empreza” (NEVES, 2008).

Portanto, é neste contexto que a ascensão de Rio Branco, de seringal à cidade se torna possível, a princípio, através da extração de látex às margens do Rio Acre, onde um

³ Somente em 1962, durante o governo do Presidente João Goulart, o Acre foi elevado à condição de estado, esse fato ocorreu em razão da região ter atingido o nível de arrecadação fiscal exigido pela constituição de 1946.

⁴ O recrutamento dessa mão de obra foi o fator primordial para abastecimento e desdobramento dessa árdua operação em tempo de guerra na selva amazônica.

⁵ Serviço especial de mobilização de trabalhadores para a Amazônia.

⁶ Neutel Maia: Cearense, embarcou no barco a vapor Apihy, foi subindo a costa do Rio do Acre, entre os anos de 1881 e 1882, a procura de terras livres para ser proprietário de fazenda que cultivava seringueiras.

povoado situado em local estratégico no médio Rio Acre transformou-se, posteriormente, em capital do Estado. Importante salientar que a extração do látex se expandiu para praticamente toda a extensão do Acre, pois os seringais eram proeminentes em praticamente todo espaço acreano, não somente nos arredores do Seringal “Volta da Empreza”.

Para Neves (2008, p. 9),

Seringal é o nome que se dá aos lugares onde acontece o corte da seringueira para a extração da borracha. Os seringais eram lugares fechados e dominados pelos seus donos: os seringalistas. Eram eles que contratavam os seringueiros, os trabalhadores que moravam dentro da floresta cortando árvores e defumando a borracha, que era toda entregue ao seringalista em troca de mercadorias.

Percebe-se então, que a localização e os processos históricos vivenciados são responsáveis pela formação das cidades, como ocorre neste caso, com a relação entre o Estado do Acre, a cidade de Rio Branco e a extração do látex, pois através deste processo extrativista foi viabilizada a formação de outras cidades no território. Em relação ao contexto histórico, pode-se citar o caso do expoente e representante dos povos da floresta, Chico Mendes, que foi assinado em 1988, em sua residência, na cidade de Xapuri. Cidade esta, que abriga um dos agentes mercantis abordados neste estudo, coincidentemente estabelecido em frente à casa (hoje local de visitação pública – Patrimônio Histórico), do líder seringueiro Chico Mendes.

De acordo com SILVA (2005), quando aborda a formação das cidades acreanas e a compreensão do processo de formação do Acre, em particular da cidade de Rio Branco, e de sua espacialização urbana, deve levar em conta a identidade formada no território.

A identidade cultural do território, conforme FLORES (2006), pode ser usada como base para estratégias de desenvolvimento, e conseqüentemente o conceito de território ganhou amplitude por diversas ciências do conhecimento humano.

Conseqüentemente, a identidade cultural no contexto acreano se fortalece com a valorização das atividades locais. O que produzir, como produzir, o que fazer, e o como fazer com os aprendizados e costumes que se mantêm fortes ao longo do tempo e das gerações que transitam entre um saber e outro.

Estes fazeres e saberes são viabilizados nas ligações entre os produtores, cooperativas, entidades assistências, comunidade e poder constituído, sofrendo interferência das forças internacionais⁷, em função da extração do “leite da seringa” (látex) e posteriores processos de transformação do mesmo, que foram propulsores dos primeiras municípios acreanos do então Território Federal do Acre e, a partir de 1962, Estado do Acre.

⁷ Mercado internacional da borracha.

Na próxima seção, encontram-se os agentes mercantis do Vale do Acre, e os respectivos elos da cadeia produtiva da borracha.

Agentes Mercantis e a Cadeia Produtiva da Borracha no Vale do Acre

A seringueira - *Hevea brasiliensis*, da família *Euphorbiaceae*, se destaca como a espécie mais importante do gênero, do ponto de vista comercial. Embora seja nativa do Brasil, de acordo com a ABRABOR (2017), o Brasil produz apenas 46% da demanda do mercado interno, sendo necessário um dispêndio médio anual de importação de mais de 500 milhões de dólares.

Em função desta demanda não atendida, compreende-se a importância da cadeia produtiva da borracha no Acre e, conseqüentemente, o papel dos agentes mercantis inseridos neste processo produtivo nas cidades localizadas neste espaço.

O Acre teve a base de sua formação política e social proveniente dos seringais. Portanto, é necessário compreender as instituições sociais, políticas e econômicas, juntamente com as pessoas, que se inter-relacionam e produzem uma existência experimentada entre estes elementos que se fazem presentes nos seringais acreanos.

Um destes elementos é o agente mercantil, que recebe diretamente do seringueiro os produtos derivados da borracha.

Os agentes mercantis são comerciantes que fazem transações com o agricultor familiar rural, neste caso, o seringueiro, desempenhando os seguintes procedimentos comerciais: armazenamento, processamento e comercialização dos produtos derivados da borracha no Estado do Acre, entre os quais: Cernanbi Virgem Prensado (CVP), Folha Defumada Líquida (FDL), Látex ou Granulado Escuro Brasileiro (GEB), todos importantes insumos derivados da borracha, descritos a seguir (ABRAPOR, 2017).

- CVP: borracha bruta que vem do campo já coagulada e pode ter diferentes formas, a forma prensada é o CVP;
- GEB: O Cernanbi beneficiado origina o GEB que é a matéria prima para a fabricação dos pneumáticos;
- FDL: Borracha empregada na produção de calçados e outros artefatos.

Estes agentes também fazem o contraponto com cooperativas e empresas privadas, de capital nacional e internacional. Os agentes mercantis ativos no Vale do Acre e respectivas cidades em que atuam, estão descritos no Quadro 01, conforme pesquisa ASPF/UFAC – (Análise Socioeconômica de Produção Familiar Rural do Estado do Acre – Grupo de Pesquisa da Universidade Federal do Acre (UFAC), realizada em dezembro de 2019 pelo autor deste artigo.

Foram entrevistados cinco agentes mercantis no Vale do Acre. As entrevistas foram realizadas a partir de roteiro semiestruturado, no qual buscou-se identificar e classificar os agentes mercantis, para entender com maiores detalhes a participação de cada agente.

Tabela 01: Agentes Mercantis entrevistados que participam da cadeia produtiva da borracha no Acre, em 2019 no Vale do Acre

	Agente	Município	Borracha recebida em 2019
1	Veja <i>Fairtrades</i>	Rio Branco	260 t
2	CAET	Tarauacá	43, 5 t
3	COOPEXAPURI	Xapuri	89 t
4	COOPERACRE	Rio Branco	350 t
5	AMOPREAB	Assis Brasil	20 t
	Total:		722 t

Fonte: Pesquisa ASPF/UFAC 2019/2020

Dos cinco agentes localizados no Vale do Acre (Tabela 01), tem-se a Empresa Veja Fair Trade, marca francesa de tênis sustentáveis. Os tênis, feitos com borracha natural da Amazônia, alinham design a sustentabilidade e são um dos compradores da borracha acreana, que posteriormente é encaminhada para o Rio Grande do Sul, para transformação e confecção final do tênis VERT, denominação do referido calçado no Brasil.

Os demais elos da cadeia são compostos por três cooperativas de produtores e uma cooperativa central (Cooperacre).

A cadeia produtiva da borracha é composta por cinco elos produtivos: seringueiro; associações/cooperativas; Cooperacre; usinas/fábrica, comerciantes e consumidores finais, conforme descreve-se no Quadro 01.

Quadro 01 – Cadeia produtiva da borracha

1º Elo	Retirada do látex da seringueira. O seringueiro percorre longas distâncias dentro floresta para realizar o processo de extração e coleta do látex. As seringueiras encontram-se distribuídas de forma aleatória na floresta, dificultando a extração do produto.
2º Elo	Composta pelas associações/cooperativas que recebem a produção dos seringueiros e repassam à Cooperacre.
3º Elo	Representado pela a COOPERACRE. Cabe a ela à comercialização de toda a produção extrativista no Estado do Acre.
4º Elo	Composto pela usina e fábrica de beneficiamento de borracha. Estas são responsáveis pelo processamento e beneficiamento da borracha.

5º Elo	Representa os comerciantes e consumidores que têm como principais compradores a indústria para produção de pneus e o Ministério da Saúde com a compra dos preservativos, destinados aos programas sociais de saúde.
---------------	---

Fonte: Adaptado de SARAIVA SILVA (2013).

Os elos da cadeia produtiva da borracha, apresentados no Quadro 01, caracterizam as etapas desse processo no Vale do Acre, as quais impactam a relação entre o espaço urbano e rural de forma significativa.

As relações entre o espaço urbano e rural, além dos aspectos geográficos, manifestam-se em termos econômicos e estruturais, havendo uma medida de relacionamento entre eles. Na seção seguinte, aborda-se a relação urbano – rural entre Rio Branco e as demais cidades pertencentes à cadeia produtiva da borracha, além da localização dos municípios em que os agentes mercantis da referida cadeia atuam.

Relação Urbano-Rural em Rio Branco e demais Municípios da Cadeia Produtiva da Borracha no Vale do Acre

Os agentes mercantis objetos deste estudo estão localizados nos municípios de Rio Branco (capital), Tarauacá, Xapuri e Assis Brasil. Na Tabela 02 constata-se as distâncias em quilômetros entre os mesmos e a população de cada município envolvido neste processo.

Tabela 02: Municípios do Vale do Acre/AC com Agentes Mercantis

	Município	População	Distância de Rio Branco / km
1	Rio Branco	407.319	-
2	Tarauacá	42.567	409
3	Xapuri	19.323	175
4	Assis Brasil	7.417	345
	Total – população	476.929	

Fonte: IBGE, 2019.

Considerando-se que a população estimada para o Estado do Acre (IBGE, 2019) é de 881.935 habitantes, o Vale do Acre concentra aproximadamente 55% do total de habitantes do Estado, perfazendo um total de 22 municípios no Estado.

O município de Assis Brasil faz divisa com o Peru, sendo assim o município mais próximo da fronteira na estrada do Pacífico. Xapuri localiza-se a aproximadamente 50 km da cidade de Cobija na Bolívia. As cidades acreanas de Brasiléia e Epitaciolândia são limítrofes com a boliviana Cobija, do Departamento Boliviano de Pando.

Estes municípios, além da borracha, buscam alternativas que tenham por objetivo gerar trabalho e renda que garantam sua sustentabilidade. Estas alternativas são focadas na agricultura familiar – produção de alimentos em pequenos empreendimentos familiares rurais.

Historicamente, o mundo rural possui a função de produzir alimentos, com uma atividade dominante, a agricultura. O grupo social de referência é, portanto, a família camponesa. Este mundo opõe-se ao urbano, com funções, atividades, grupos sociais e paisagens diferenciadas, revelando os reflexos da divisão social e territorial do trabalho no território.

De acordo com Correa (2018, p. 139), “é possível afirmar que a pequena cidade do final do século XX e início do século XXI constitui-se em um nó minúsculo em uma vasta e complexa rede urbana, na qual o papel que desempenhava nas relações urbano-rural foi alterado”.

O espaço urbano é área constituída por ocupações populacionais que caracteriza a formação das cidades e suas atividades. São geralmente relacionadas com a prática industrial, o comércio e demais serviços.

No entanto, é comum o equívoco de pensar estas duas regiões de forma estanque. Na verdade, o que existe é uma relação de complementariedade e dependência de um espaço para com o outro, do rural para o urbano.

Para Correa (2018) as pequenas cidades situam-se na confluência do urbano e rural, e ainda, centralidade e tamanho demográfico estão intimamente relacionados. As pequenas cidades, centros locais que temos em mente, dificilmente ultrapassam o quantitativo de 20.000 a 30.000 habitantes.

Outro fato – a dependência, também se manifesta na relação urbano-rural como percebeu-se entre a capital Rio Branco e as demais cidades pertencentes ao Vale do Acre que possuem agentes mercantis na cadeia produtiva da borracha.

Conforme Silva (2005),

Embora as cidades hoje sejam destaques no espaço acreano, o princípio de sua formação esteve ligado aos processos produtivos provindos da floresta. Assim, da semente de povoamento plantada nas sedes de seringais nasceram cidades que tiveram sua base territorial enraizada nas condições produtivas que se implantou na floresta.

A Capital Rio Branco e os municípios da cadeia da borracha, além do produto em tela, possui no palmito-pupunha outro produto, o qual com frequência é transacionado às agroindústrias de palmito do Estado vizinho, Rondônia.

No caso acreano, Rio Branco está entre os dez maiores centros urbanos, quando se considera a população, conforme demonstra a Tabela 03, com uma população de 336.083 habitantes, conforme aponta o Censo IBGE de 2010.

Tabela 03 – Os dez maiores centros urbanos (em relação à população) na Região Norte, 1970-2010

Posição	Cidade e Estado	1970	1991	2010	Crescimento 1970-2010
1	Manaus, Amazonas	286.083	1.005.634	1.802.014	530%
2	Belém, Pará	611.497	1.309.517	1.393.399	128%
3	Porto Velho, Rondônia	48.839	229.410	428.527	777%
4	Macapá, Amapá	55.915	153.556	398.204	612%
5	Rio Branco, Acre	36.095	167.457	336.083	831%
População total Região Norte		4.188.313	10.257.260	15.864.454	297%

Fonte: Adaptado de JACOBS (2013) e IBGE.

De acordo com a Tabela 03, Rio Branco é a 5ª maior cidade da região Norte do país, logo após Macapá/AP, e segundo dados IBGE de 2019, sua população está estimada em 407.329 habitantes (Quadro 03), o que já remete a uma renovação nos conceitos de relação cidade-campo, pois as pequenas cidades e produtores de borracha que pertencem à cadeia produtiva no Vale do Acre estão relativamente próximas da capital e sua centralidade regional.

Existe uma necessidade premente de renovação conceitual nesta relação campo – cidade. A necessidade de revisão destes conceitos de cidade e campo, rural e urbano evidencia-se a partir de novas práticas socioespaciais, de novas formas de habitar e de interação social entre os habitantes, o que requer um diálogo próximo da realidade, que se processa rapidamente, uma vez que a urbanização é muito rápida, mesmo para os padrões amazônicos.

As primeiras cidades acreanas são frutos da expansão territorial do capital, através da exploração do látex em momentos específicos e dentro da lógica da procura de matéria-prima pela indústria de países centrais (MORAIS, 2000, p.30).

De acordo com Silva (2005, p.175),

é necessário buscar compreender o processo tanto pela transformação da floresta e/ou campo para a cidade e as formas de ver esta cidade no seu contexto que se refaz historicamente guardando certos resquícios do passado e também buscando ser a cidade que poderá se tornar um dia ou que poderá vir a ser.

A cidade de Rio Branco exerce sua centralidade em relação às demais cidades analisadas neste trabalho, e tem passado por várias mudanças na última década, principalmente relacionadas às transformações nas condições sociais e econômicas (construção de shopping center, vinda de novos atacados/supermercados, grandes lojas de departamentos de grandes redes e outros investimentos públicos e privados)

proporcionando à esta cidade um papel significativo no contexto do âmbito do desenvolvimento regional.

Conforme Souza (2020),

a centralidade é a capacidade de acordo com os bens e serviços oferecidos e que fazem com que ela atraia compradores apenas das redondezas, de uma região inteira, do país inteiro e até de outros países.

A maioria dos municípios da Mesorregião Vale do Acre: Rio Branco, Porto Acre, Senador Guionard, Acrelândia, Xapuri, Capixaba, Assis Brasil, Brasília, Plácido de Castro e Sena Madureira, em função da construção da BR-364 e BR-317, tiveram a centralidade exercida pelas cidades de Belém e Manaus, centralidade que perdurou até meados do século XX e foi cortada já na década de 1960. Esses municípios passaram então a estar mais ligados ao Centro-Sul por estas vias de circulação.

Assim, pode-se afirmar que à medida que as estradas são construídas, estas exercem papel centralizador no processo de produção também do espaço (CARLOS, 1979, p.35, *apud* SILVA, 2005, p. 181).

Porém, mesmo Rio Branco exercendo sua centralidade perante as demais cidades da cadeia produtiva em análise, mesmo assim, ainda possui uma dependência dos Estados do sudeste. Esta dependência foi mais intensa, porém ela ainda existe.

De acordo com Lencione (2008), no contexto brasileiro pode-se considerar como pertencente às cidades, a população radicada no campo, mas que está voltada às atividades urbanas.

Urbano é muito mais que um modo de produzir, é também um modo de consumir, pensar, sentir, enfim – é um modo de vida (LÉFRÈBVRE, 1999).

Sendo assim, verifica-se que o crescimento urbano consiste na expansão das cidades, ou seja, aumento da população que habita as cidades, e conseqüentemente, da própria cidade. Urbanização é o aumento proporcional da população urbana em relação à população rural.

O conceito de urbano, portanto, transcende o aumento quantitativo, vai além do crescimento apenas. Envolve também o que pensam, como agem, o que sentem, e o modo de viver das pessoas alocadas neste espaço, como se referiu anteriormente Léfrèbvre.

A urbanização define-se como sendo um processo social que se refere às respectivas mudanças comportamentais que ocorrem nas cidades; a taxa de urbanização diz respeito ao aumento da população urbana em relação ao tamanho do município, e finalmente, o crescimento urbano - refere-se ao crescimento físico do espaço urbano onde ocorrem as modificações

Em relação ao desenvolvimento urbano, Rio Branco tem buscado, em primeiro plano, o desenvolvimento econômico, e em segundo plano, o desenvolvimento socioespacial. Nesse aspecto, não difere muito do restante do país.

Para a perfeita compreensão das cidades e suas particularidades torna-se fundamental interpretar e compreender a escala das cidades: pequenas, médias e grandes, pois cada uma delas possui características incorporadas ao seu respectivo porte.

Como apresenta Souza (2008, p. 24), “a cidade é um objeto muito complexo e, por isso mesmo muito difícil de se definir.” Dessa forma, independente de tamanho, existem dificuldades em uma definição certa.

Deste modo, cidades maiores tem atributos diferentes das cidades menores, sendo importante conhecer com maior profundidade como os territórios e as redes urbanas estão se estruturando, para entender a urbanização acreana e brasileira e sua respectiva formação.

Quanto ao rural acreano, e principalmente em relação aos produtores rurais no Acre, Maciel (2018 p. 18), aponta que em busca de uma “vida melhor” muitos produtores rurais deixaram as atividades agrícolas e partiram para as cidades com vistas a criarem perspectivas de vida. Na maioria das vezes, não obtiveram sucesso devido a muitos fatores, entre os quais se destaca a sua falta de qualificação e de oportunidades de emprego.

Na busca pelo desenvolvimento rural efetivo, torna-se premente pensar em alternativas produtivas factíveis e viáveis que evitem o êxodo dos pequenos agricultores do espaço rural, fazendo-se necessário desenvolver e viabilizar a agricultura familiar na região.

Neste sentido, o espaço rural dos seringais através do pagamento do PSA (Pagamento por serviços ambientais), tem possibilitado um avanço para evitar tal êxodo, pois tornou o preço final do quilo da borracha mais atrativo ao seringueiro, o que vem despertando maior interesse por parte de “agricultores novatos” em extrair látex, conforme foi evidenciado em pesquisa realizada (ASPF/UFAC, 2019). O PSA, na cadeia produtiva da borracha, juntamente com subsídios estaduais e federais no preço da borracha, tem contribuído para estimular a retomada da extração do látex, e porque não dizer, atrair e ampliar, o número de extrativistas de borracha no Vale do Acre.

Considerações Finais

A produção do látex e seus derivados no Vale do Acre é representado pelo látex coagulado – Cernanbi Virgem prensado (CVP), a Folha de Defumação Líquida (FDL) e látex líquido, como sendo os principais derivados da borracha produzidos nesta cadeia produtiva, e um dos promotores do encadeamento abordado neste artigo.

O encadeamento rural-urbano entre Rio Branco e as demais cidades da cadeia produtiva da borracha, apresentados neste artigo transcorrem de forma plena em função do ciclo descrito neste artigo, pois Tarauacá, Xapuri e Assis Brasil interagem com a capital Rio Branco não somente através da entrega na capital dos derivados da borracha que são centralizados na Cooperacre com sede na capital, mas ainda trocam entre si relações comerciais, administrativas e fontes de financiamentos e projetos.

Estes municípios do interior acreano possuem na agricultura familiar seu esteio de geração de emprego e renda. Além da exploração da borracha, outras culturas, como o palmito pupunha e a extração da castanha fazem parte deste universo e, de acordo com os argumentos apresentados, a cidade passa a ser compreendida como um organismo que mantém relações com um espaço exterior a ela, sua região, constituída por áreas rurais e por outras cidades menores (CORREA, 2018), como é o caso deste estudo apresentado.

As áreas urbanas e rurais fazem parte do contexto deste estudo, onde a interação se concretiza, como aponta Correa (2018): “as relações entre cidade e região podem ser resumidas em dois grandes tópicos: a cidade e as atividades de produção da região; e a cidade e a vida de relações regionais, e em ambos os casos, essas relações devem se traduzir em fluxos de dupla direção”.

Esta dupla direção é operacionalizada através da construção do espaço urbano pela população do Acre, porém, de forma que o espaço rural também obtenha melhores condições de se sustentar na labuta da extração, não somente da borracha, mas das demais cadeias produtivas presentes na região.

No caso acreano, a relação dos municípios na cadeia produtiva da floresta deve levar em conta a conservação da floresta com base na identidade cultural e com base na exploração econômica racional, a Florestania, ou seja, extrair o látex de forma racional, preservando o seringal (BECKER, 2009), e vale ressaltar que o município de Rio Branco teve suas origens a partir do Seringal (NEVES, 2008).

A construção de uma relação rural-urbano desenvolvida na ótica dos espaços rurais poderá ser pautado em um objetivo geral, como: consolidar relações de proximidade mutuamente benéficas e de natureza sinérgica em detrimento de relações predadoras do mundo rural.

O desenvolvimento de relações de proximidade mutuamente benéficas e de natureza sinérgica pressupõe a capacidade de conciliar uma coesão e uma integração entre o centro urbano e a área rural, e com as devidas adaptações, poderá ser estendido a qualquer processo produtivo, não somente ao “leite da seringa” no Vale do Acre, preservando e valorizando as relações regionais existentes nesta cadeia tão significativa para o contexto acreano.

Referências

- ABRABOR - **Estatísticas e Tendências da Borracha Natural**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas/documentos/camaras-setoriais/borracha-natural/2017/38a-ro/app-abrabor-38ro-borracha.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2020.
- BAGLI, P. Rural e urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M.(org.) **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, p. 81-109, 2010.
- BECKER, B. K. **Amazônia – geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- BIAZZO, P. P. Campo e Rural, Cidade e Urbano: Distinções necessárias para uma perspectiva crítica em geografia agrária. 4º Encontro nacional de grupos de pesquisa-ENGRUP, São Paulo, p. 132-150, 2008.
- CANDIOTTO, L. Z. P.; CORRÊA, W. K. Ruralidades, Urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo. **Campo-Território: revista de Geografia Agrária**, v.3, n 5, p.214-242, fev. 2008. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11839> Acesso em: 14 mar. 2022.
- CARLOS, A. F. A. **Reflexões sobre o espaço geográfico**. (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, USP, 1979.
- CARMO, R. M. A construção sociológica do espaço rural: da oposição à apropriação. **Sociologias**, Sociologias, Porto Alegre, ano 11, nº 21, p. 252-28, jan./jun. 2009.
- CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**. v. 6 n. 2, 2013. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/esa/art/199810-053-075.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2010.
- CLOKE, P. Conceptualizing rurality. In P. Cloke, *et al.*, **Handbook of Rural Studies**. Londres: Sage, p. 18-28, 2007.
- CORREA, R. L. **Caminhos paralelos e entrecruzados**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.
- CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. 7ª Ed. São Paulo: Ática, 2000.
- DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**, São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- FERRÃO, J., LOPES, R. Understanding peripheral rural areas as context for economic development. In: L. Labrianidis (ed.), **The Future of Europe's Rural Peripheries**, Hampshire: Ashgate, p. 31-61, 2004.
- FLORES, M. **A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento** - Uma visão do estado da arte. Santiago, Chile: RIMISP, 2006.
- IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ac.html>. Acesso em: 15 jul. 2020

- JACOBS, W. *et al.* Transporte, fluxo de mercadoria e desenvolvimento econômico urbano na Amazônia: o caso de Belém e Manaus. **Caderno Metrôpoles**, São Paulo, v. 15, n. 30, p. 389-410, 2013.
- JOLLIVET, M. Les metamorphoses d'un rural incertain. In M. Jollivet (dir.). **Vers un rural postindustrial**. Paris, L' Harmattan, p. 351-371, 1997.
- KAYSER, B. **La Renaissance rurale**, Paris, Armand Colin. 1990.
- LÉFRÈBVRE, H. **La Production de l' espace**, Paris, Antropos, 1974.
- LÉFRÈBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte, EDUFMG, 1999.
- LENCIONE, S. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. In: **GEIOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 24, p. 109 – 123, 2008. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74098> Acesso em: 10 out. 2021.
- MACIEL, R. C. G.(org.). **Projetos de desenvolvimento sustentável na Amazônia: lições aprendidas no PDS Bonal**. Rio Branco: Edufac, 2018.
- MEDEIROS, R. M. V. Dilemas na conceituação do campo e do rural no Brasil. In. SAQUET, M. A.; SUZUKI, J. C.; MARAFON, G. J. (Org.). **Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino--americanas e francesas**. 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, v. 1, p. 59-66, 2011.
- MELO, S. C. de. Relação cidade-campo: da compreensão clássica a sua interpretação no contexto de um assentamento de reforma agrária. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 28; n. 1. p. 99-114, jan./jun. Goiânia, 2008.
- MORAIS, M.J. **Rio Branco, AC, - uma cidade de fronteira: o processo de urbanização e o mercado de trabalho a partir dos planos governamentais dos militares aos dias atuais**. Florianópolis. Dissertação de mestrado. Departamento de Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2000.
- MOREIRA, R. J. Ruralidades e Globalização: ensaiando uma interpretação. In: MOREIRA, R. J. (Org.). **Identidades Sociais: Ruralidade no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, p. 15-40, 2012.
- MORMONT, M. Le rural comme catégorie de lecture du social. In: M. Jollivet, N. Eizner (dirs.). **L' Europe et ses campagnes**. Paris, Presses de Sciences. p. 161-176, 1996.
- NEVES, M.V. **Rio Branco, de seringal a capital**. São Paulo: Cortez, 2008.
- OLIVEIRA, I. M . **Tradições Rurais em Vidas Urbanas: A Agricultura Urbana no Bairro Vila Anália, Montes Claros/MG**. 87f. TCC. (Trabalho de Conclusão de Curso, Graduação em Geografia). Universidade Estadual de MontesClaros-Unimontes, Montes Claros, 2011.
- RAMBAUD, P. **Société rurale et urbanisation**, Paris, Seuil. 1969.
- REDFIELD, R. **The Little Community and Peasant Society and Culture**, Chicago, The University Chicago Press, 1989.
- ROSA, L. R.; FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. As categorias rural,urbano, campo, cidade: a perspectiva de um *continuum*. In: SPOSITO, M. E. B; WHITACKER, A. M.(org) **Cidade e campo: relações e contradições entreurbano e rural**. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, p.187-204, 2010.

ROSAS, C. A. F. **A (dês)construção da dicotomia rural-urbano no extremo Noroeste paulista**. 2010. 246f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, UFU, Uberlândia. Uberlândia, 2010.

ROSSINI, R. E. A produção do novo espaço rural: pressupostos gerais para a compreensão dos conflitos sociais no campo. **Campo-Território: revista de Geografia Agrária**, v. 4, n. 8, p. 5-28. ago. 2009. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11953/6982> Acesso em 14 mar. 2022.

SANTOS, M. S. A produção social do espaço: do campo à cidade, da cidade ao campo. **Revista de Humanidades**. v.1 - n.1 - ago./set. de 2000.

SARAIVA DA SILVA, M. S. **Subsídio da borracha e sua relação com os moradores da Resex Chico Mendes: uma análise das contribuições socioeconômicas e ambientais**. (Dissertação de Mestrado). Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Manaus, Amazonas Abril, 2013.

SCHNEIDER, S. Políticas públicas, pluriatividade e desenvolvimento rural no Brasil. CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA RURAL/ALASRU, 7. **Anais...** Quito, Ecuador, p. 01-19, 2006.

SCHNEIDER, S.; VERARDI FILHO, M. A. As atividades rurais não-agrícolas e as transformações do espaço rural: perspectivas recentes. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, Bogotá (Colombia), v. 1, nº 44, p. 11-44, 2000.

SILVA, J. B. Discutindo o Rural e o Urbano. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 8, p. 3-11, ago./dez. 2011.

SILVA, S. S. (org.). **Acre: Uma visão temática de sua geografia**. Rio Branco: EDUFAC, 2005.

SOUZA, M. L. O que faz uma cidade uma cidade: In: Souza, M. L. **O ABC do Desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____, M. L. **ABC do desenvolvimento urbano**. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

SPOSITO, M. E. B. **A questão cidade-campo: perspectiva a partir da cidade**. In: SPOSITO, M. E. B; WHITACKER, A. M. (org.) Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, p. 111-130, 2010.

TÖNNIES, F. Comunidade e Sociedade. In M. B. Cruz (org.), **Teorias Sociológicas: os Fundadores e os Clássicos**, Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, p. 511-517, 1989.

WANDERLEY, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. In: ¿Una nueva ruralidad en América Latina? Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**, Brasília: UNB, 1991.

WHITACKER, A. M. Campo e cidade. Cidades médias e pequenas. Algumas proposições para a pesquisa e o debate. In: LOPES, Diva M. L.; HENRIQUE, W. (Org.). **Cidades médias e**

pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso. Salvador: CEI, p. 187-194, 2010 (Série Estudos e Pesquisas, 87).

WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. In C. Fortuna (org.). **Cidade, Cultura e Globalização**, Oeiras, Celta, p. 45-66, 1997.

Sobre os autores:

César Leandro de Christo Hundertmarck

Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Maria, Doutorando em Desenvolvimento Regional pelo PPGDR da UNISC, Professor da Universidade Federal do Acre (UFAC). E.mail: adm.cesarlch@gmail.com

Erica Karnopp

Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria, Doutora em Geografia pela Universität Tübingen - Alemanha (Eberhard-Karls Universität). Professora do Curso de Geografia, pesquisadora e professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. E.mail: erica@unisc.br